

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A fronteira agrícola sob a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil.

Arissane Dâmaso Fernandes.*

Resumo:

Considerando-se os estudos sobre o processo de expansão da fronteira agrícola no país, de maneira geral, têm-se dois tipos de abordagem: uma mais ampla, que apresenta uma perspectiva generalizada do processo, e outra mais pontual, geralmente pautada nos denominados estudos de caso.

Com base nessa constatação se propõe uma análise desse processo com base na teoria do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* brasileiro, proposta por Oliveira (1981), demonstrando a heterogeneidade do processo de expansão do capitalismo do qual a expansão da fronteira agrícola faz parte.

Assim o objetivo desse artigo é demonstrar a existência de especificidades na dinâmica da fronteira cuja importância não pode ser banalizada.

Palavras - chave: fronteira agrícola, capitalismo, Brasil.

Abstract:

Considering the studies related to the process of expansion of the agricultural frontier in the country, in general, exists two types of studies: an wider one (a generalized vision of the process) and another more punctual, which usually is based in of the one that we denominated of case studies.

With base in this verification is that we intend an analysis of that process whose base is the theory of the "unequal and combined development of the Brazilian capitalism", proposed by Oliveira (1981), demonstrating the heterogeneity of the process of expansion of the capitalism of which the expansion of the agricultural frontier make part.

So, the objective of this article is to demonstrate the singularities existence in the dynamics of the frontier whose importance cannot be vulgarized.

Key-words: agricultural frontier, capitalism, Brazil.

• Introdução:

É inquestionável a grande quantidade de estudos referentes ao processo de expansão da fronteira agrícola no país, assim como sua importância para a compreensão desse aspecto da realidade brasileira.

Considerando-se essas análises, pode-se traçar um panorama geral dessas abordagens:

- Dentre as perspectivas analíticas está a que enfatiza as ações do Estado enquanto “empreendedor fundamental” desse processo, trata-se de uma análise econômica da fronteira

* - Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás.
e-mail: arissanedamaso@yahoo.com.br

agrícola. Nessa linha, destacam-se Gonçalves Neto (1997), Linhares e Silva (1997), Sorj (1981) e Graziano da Silva (1982).

- Há também uma linha que aborda os aspectos sociológicos desse processo, destacando-se aí a questão da expropriação do pequeno produtor e os conflitos em torno da terra. Nessa linha o nome de maior relevância, indubitavelmente, é o do sociólogo José de Souza Martins;

- Mais recentemente uma análise que tem se destacado nesse sentido é a que prioriza a questão ambiental, uma constatação dos efeitos que a expansão capitalista traz para o campo. Destacam-se os estudos de Graziano Neto (1982), pioneiro nessa temática e referência para esse tipo de abordagem.

A análise que se propõe se insere na primeira linha destacada, ou seja, uma abordagem econômica da fronteira, para a qual se aponta a necessidade de novas abordagens. Isso porque se visualiza nesses trabalhos que em geral há dois tipos de abordagens: uma mais ampla, que demonstra o processo a nível nacional, e outra mais específica, cujas análises recaem sobre determinadas regiões (ou sobre algumas microrregiões e municípios)¹, os denominados estudos de caso.

Destaca-se então a necessidade de abordagens que contemplem ambos os aspectos da fronteira agrícola, os gerais e as particularidades.

Deve-se destacar que não há a pretensão de se aliviar uma abordagem enquanto forma de superar as anteriores, mas uma análise diferenciada do processo, que possa de alguma maneira contribuir para a discussão do tema em questão. Trata-se de uma, dentre as várias possibilidades analíticas acerca desse objeto.

Reiterando, propõe-se uma análise econômica da fronteira, com base nas elucidativas proposições de Oliveira (1981), a fim de justamente demonstrar a heterogeneidade que marca a dinâmica da fronteira agrícola brasileira.

Antes porém de se detalhar essa análise faz-se necessária uma contextualização desse processo. O recorte temporal definido contempla o período de 1960 a 1995, retomando-se anos anteriores para uma abordagem mais ampla desse momento histórico. Tal recorte se justifica pelo fato de o processo de expansão da fronteira agrícola ter tido início nos anos 1960, ao Sul do país.

¹ - O IBGE define as microrregiões conforme os aspectos físicos e econômicos. Essas foram definidas como partes das mesorregiões, as quais por sua vez são partes dos estados (os quais compõem as regiões, numa escala mais ampla).

- **A intervenção do Estado e as principais transformações no campo brasileiro:**

A *priori*, deve-se esclarecer o que se compreende por fronteira agrícola. Trata-se do processo de intensificação do uso do solo a partir da inserção de tecnologia moderna na produção agrícola. É a denominada por Graziano da Silva (1982: 44) de industrialização do campo.

A retomada das principais transformações por que passou o campo brasileiro nas primeiras décadas do século XX se torna importante por essas terem culminado com a “tecnologização” (ou modernização tecnológica) da agricultura, e a expansão da fronteira agrícola que dela resulta:

1. **Crise de 1929**- início da intervenção estatal no campo brasileiro, a partir do *crash* da bolsa de Nova Iorque, quando foram evidenciados os riscos de uma economia pautada numa monocultura (no caso brasileiro, o café).

Teve início a partir daí uma forte intervenção do Estado brasileiro no setor agrícola. Os anos de 1930-45 marcam uma fase de nova regulação econômica, assentada no setor urbano-industrial, em detrimento do setor agrícola. Caberia portanto ao campo subsidiar o crescimento industrial (a partir da produção de alimentos a baixo custo, os quais seriam repassados à indústria e comporiam também a base salarial) e por conseguinte o crescimento econômico do país, que passava a ser pautado nesse setor.

2. **Crise do modelo econômico** – ao final dos anos 1950 tem-se uma crise nesse modelo o qual havia sido denominado de “substituição de importações”. Sua premissa foi a instalação de indústrias para a produção de bens que anteriormente eram importados, o que acarretou numa expansão do mercado interno, já que se reduziu o custo final dos produtos, havendo desta forma um aumento da demanda por insumos e matérias-primas ainda não produzidas por este mercado.

Começou um novo ciclo deste processo, a partir da necessidade de expandir a produção interna, visto ter havido um aumento na demanda, até que chegou uma etapa em que não houve condições de substituir bens de capital e matérias-primas necessários, pela própria estrutura industrial, e o sistema entrou em colapso, o que ocorreu mais precisamente na década de 1960.

3. **Anos 1960** – começa-se a discutir a necessidade de se estabelecer um novo modelo econômico. Debatia-se se a agricultura teria ou não desempenhado seu papel no crescimento da economia nacional, e também o modelo de desenvolvimento a ser adotado com a crise do modelo de substituição de importações.

Estava colocada então a necessidade de uma intervenção no campo, seja mediante reforma agrária (defendida pela esquerda) ou pela “modernização” da agricultura (proposta conservadora). Na gestão dos militares se coloca em prática as proposições conservadoras, havendo assim uma crescente associação ao capital externo a fim de que fossem alteradas as bases produtivas do campo brasileiro. Tratava-se de “modernizar” o setor agrícola nacional a partir da intensificação da intervenção estatal nesse setor.

O objetivo era impulsionar a expansão e acumulação capitalista para o campo, que passou a ser visto enquanto um *locus* dessa acumulação já que a partir da difusão de um “pacote tecnológico” criar-se-ia um mercado rentável nesse setor.²

A importância da participação do Estado nesse período é irrefutável, conforme apontam alguns estudos clássicos.³ Através da atuação estatal foram criados mecanismos para que o país se vinculasse à economia mundial, como a política de incentivos à entrada de multinacionais no Brasil através, dentre outros elementos, de incentivos fiscais.

Entretanto, pautando-se somente nesse aspecto acaba-se passando uma impressão de homogeneidade desse processo de tecnologização do campo (o qual configura justamente a fronteira agrícola), o que não corresponde à realidade. Assim é que retomando as proposições de Francisco de Oliveira (1981) acredita-se poder contribuir com essa discussão.

- **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e suas contribuições para a análise da fronteira agrícola no Brasil:**

Destacou-se que o processo de tecnologização da agricultura é que caracteriza a fronteira agrícola. Demonstrou-se também que esse processo se insere num processo mais amplo, que é o de expansão e acumulação capitalista, tratando-se na verdade de uma etapa desse último.

A partir das formulações de Oliveira (1981), apreende-se que a característica primordial do modo de produção capitalista é a heterogeneidade (a qual justamente propicia a

² - Por “pacote tecnológico” se define uma série de insumos e utilização de tecnologia moderna no processo produtivo os quais viriam intensificar a produção na agricultura.

³ - Dentre esses autores destaca-se: Gonçalves Neto (1997), Sorj (1981), Linhares e Silva (1997), Kageyama (1996).

acumulação). Sendo assim, pode-se constatar dinâmicas diferentes nas diversas regiões do país dentro desse processo.

Com base nessa realidade é que foram designados os papéis que cada região desempenharia na divisão regional do trabalho, a partir da industrialização do país que se concentrou em São Paulo. Nessa dinâmica, as regiões que possuem melhor infra-estrutura, condições de transporte da produção e conexão (ou proximidade) com os mercados consumidores destacam-se nesse processo (BENVINDO, 1984).

Foi assim que a região Sudoeste do país se destacou nesse contexto, enquanto outras economias, como a goiana por exemplo, se inserem na divisão do trabalho enquanto produtoras de matérias-primas e alimentos para o setor industrial. Dentro dessa configuração é que emergiram visões distintas em relação às economias regionais e seu papel no crescimento nacional, culminando em alguns casos numa visão estereotipada e até discriminatória de algumas regiões, como é o caso de Goiás.

Com base nessas colocações é que se destaca: se esse processo de expansão e acumulação do capitalismo se dá de maneira heterogênea, essas disparidades são observadas também no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, uma vez que esta é uma etapa da acumulação capitalista.

Coloca-se assim a necessidade de uma análise mais detalhada desse processo, a qual contemple também essas especificidades regionais. Tal colocação vale também para os estudos de determinadas regiões, partindo-se da premissa de que se há essa heterogeneidade a nível nacional, ou *inter-regional*, ela se igualmente se observa a nível *intra-regional*. Veja-se o caso nacional, enfoque desse estudo.

- **Alguns números da tecnologização do campo brasileiro:**

Elegeram-se os censos agropecuários do IBGE como ferramentas de análise dessas transformações no campo e para além disso, das diferenciações existentes entre as cinco regiões que constituem o território brasileiro. Com esse intuito é que foram selecionados três “demonstrativos” da fronteira agrícola, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1

Área do estabelecimento- agropecuária -total - Hectare								
Região	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
<i>Centro-Oeste</i>	36.226.301	46.985.111	50.587.935	70.255.256	78.516.796	94.768.808	99.122.400	108.510.012,1
<i>Norte</i>	29.582.089	29.688.435	32.798.252	34.632.513	48.052.827	60.227.077	62.566.719	58.358.880,24
<i>Nordeste</i>	42.860.847	57.982.737	62.992.650	74.297.113	78.688.888	88.442.307	92.054.182	78.296.095,74
<i>Sul</i>	31.554.631	35.319.812	38.604.028	45.458.035	46.172.034	47.911.723	47.940.106	44.360.360,49
<i>Sudeste</i>	55.414.550	61.355.743	65.885.523	69.472.699	72.463.938	73.502.906	73.241.522	64.085.893,27

Fonte: Censos Agropecuários IBGE/IPEADATA

Inicialmente, há de se esclarecer que a extensão do recorte temporal para a década de 1940 se justifica pelo fato de o processo de expansão da fronteira no Centro-Sul do país ter sido anterior às demais regiões. Assim, retomando as décadas antecedentes pode-se visualizar melhor a realidade dessas regiões pioneiras nesse contexto.

A relevância desses dados está no fato de demonstrarem a importância da apresentação desses dados pelo fato de a partir deles se poder visualizar a consolidação das frentes de expansão e pioneira numa determinada região, conceituação feita por Martins (1997:151-154) para uma análise da fronteira.

De acordo com esse sociólogo, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo é o que há em comum entre as duas frentes (de expansão e pioneira). Desse modo, a diferença entre elas está na prática econômica, já que a frente de expansão é caracterizada pela economia do excedente enquanto a frente pioneira é evidenciada por relações de produção capitalistas.

Assim, aumentos significativos na área do estabelecimento pressupõem um momento de frente de expansão ou pioneira na região, já que a incorporação de novas áreas à produção caracteriza essas frentes.

Já a fronteira agrícola não se caracteriza pela incorporação de novas áreas à produção, mas por uma intensificação do uso do solo (incorporação de tecnologia). Portanto, se há uma instabilidade significativa na área dos estabelecimentos agropecuários, ela pressupõe a presença da frente pioneira ou de expansão na região, conforme as relações econômicas ali praticadas.

Por outro lado porém, ainda de acordo com José de Souza Martins, a presença de uma dessas frentes não significa necessariamente a ausência da outra, já que elas podem coincidir. Essa mesma dinâmica pode ser estendida ao que se considera um terceiro momento da fronteira: a fronteira agrícola, já caracterizada inicialmente.

Destarte, se há uma instabilidade nas áreas dos estabelecimentos ela significa a presença das frentes de expansão e/ ou pioneira numa determinada região, mas não significa necessariamente que a fronteira agrícola não possa estar presente concomitantemente àquelas frentes.

Retomando a tabela 1, tem-se que a região Sul, pioneira no processo de *tecnologização* da agricultura, já apresenta uma estabilidade na área dos estabelecimentos agropecuários desde a década de 1940. Essa mesma estabilidade pode ser verificada também para o Sudeste do país no mesmo período. Já nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, essa estabilidade ocorre nos anos 1980.

Esses números demonstram que a consolidação das frentes de expansão e pioneira no país ocorre primeiro nas regiões Sul e Sudeste para somente nas décadas seguintes se estender às demais regiões brasileiras (situação corroborada pela historiografia apresentada ao final do texto).

Buscando-se visualizar a presença da fronteira agrícola nas regiões do país é que se apresenta a tabela 2:

Tabela 2-⁴

Total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários					
Regiões:	1970	1975	1980	1985	1995
<i>Centro-Oeste</i>	10.283	28.482	60.363	86.233	114.684
<i>Norte</i>	1.184	2.283	9.323	12.052	18.502
<i>Nordeste</i>	7.280	15.070	38.045	41.727	55.476
<i>Sul</i>	64.605	145.393	234.902	286.321	335.049
<i>Sudeste</i>	82.379	131.881	202.571	238.947	276.031

Fonte: Censos agropecuários do IBGE

⁴ - Deve-se considerar que o IBGE disponibiliza o número de tratores existentes no país somente para os anos posteriores a 1970.

O número de tratores nos estabelecimentos agropecuários é um dos demonstrativos da chegada da fronteira agrícola numa região por ser esse o maquinário utilizado no preparo do solo para receber o denominado “pacote tecnológico” (os ditos insumos modernos: como fertilizantes, por exemplo).

Assim, ao analisar a quantidade de tratores numa determinada região, associando-o a outros elementos, tem-se uma idéia da presença da fronteira agrícola em determinado território. Considerando os números apresentados na tabela 2 percebe-se que se destaca nesse sentido a região Sul, seguida pelo Sudeste (as quais apresentam números significativos, se comparadas às demais regiões do país, de tratores já na década de 1970). Segue-se nesse sentido a região Centro-Oeste, o Nordeste e por fim o Norte brasileiro.

Veja-se também um outro elemento “demonstrativo” da presença da fronteira agrícola numa determinada região. Trata-se da irrigação.

Tabela 3

Terras irrigadas no ano - total da área irrigada - área - Hectare						
Região	1960	1970	1975	1980	1985	1995
<i>Centro-Oeste</i>	1.637	14.358,4	35.489,9	47.215,78	63.220,63	260.952,3
<i>Norte</i>	457	5.640	5.215.969	19.188,65	43.244,48	83.022,4
<i>Nordeste</i>	51.774	115.970,8	163.358	261.425,2	366.831,6	751.886,2
<i>Sul</i>	285.391,01	474.662,9	535.076,3	724.568	886.963,6	1.096.592
<i>Sudeste</i>	116.174	184.617,9	347.690,3	428.821,9	599.564,4	929.188,9

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE/IPEADATA

A irrigação se intensifica a partir de um aumento de produção que se dê com base num aumento de produtividade e não mais pela incorporação de novas áreas (características da agricultura tradicional). Pressupõe-se assim, que a presença de irrigação em determinadas propriedades indica a existência de intensificação do uso do solo nesses estabelecimentos agropecuários e *a priori* esse elemento só seria observado após a consolidação de uma agricultura intensiva na região.

Levando em conta esse pressuposto, se espera que haja um maior número de áreas irrigadas na porção Centro-Sul do país, uma vez que fora ali que teve início a expansão da fronteira agrícola no país.

É justamente o que demonstram os números da tabela 3: em termos de área irrigada, destaca-se a região Sul, seguida do Sudeste. Essas regiões são sucedidas nesse sentido pela região Nordeste, seguido do Centro-Oeste e por fim, com menor intensidade está a região Norte, com os menores índices de terras irrigadas.

Análise comparativa dos dados apresentados:

Com base nas tabelas apresentadas, tem-se que na década de 1980 já haviam sido consolidadas as frentes de expansão e pioneira no país. E que a fronteira agrícola se inicia na região Sul, seguida do Sudeste e Centro-Oeste.

Percebe-se que a fronteira agrícola apresenta o mesmo sentido geográfico da Marcha para o Oeste (ou seja, de Sul para Norte). Esse é um fato interessante, uma vez que o projeto vislumbrado por Vargas visava justamente acelerar a consolidação da frente pioneira no país.

Comparando os números apresentados algumas considerações gerais podem ser feitas:

- *Regiões Sul e Sudeste do país*: as frentes de expansão, pioneira e fronteira agrícola se sobrepõem. Isso porque essas regiões apresentam uma estabilidade nos estabelecimentos agropecuários (indicando assim a consolidação das frentes de expansão e pioneira) já nos anos 1940. Por outro lado, na década de 1960 é disseminou tecnologia moderna a partir de elementos como o número de tratores e o aumento da área irrigada.

- *Região Centro-Oeste*: houve um aumento significativo do número de tratores em meados dos anos 1970, o que demonstra a chegada da fronteira agrícola na região⁵. Entretanto, uma consolidação das frentes de expansão e pioneira nessa região só fora observada na década seguinte. Sendo assim, frentes de expansão, pioneira e fronteira agrícola são coincidentes nessa região.

- *Nordeste brasileiro*: frentes de expansão, pioneira e fronteira agrícola também coincidem. Houve a incorporação de novas áreas ao processo produtivo associada à adoção de tecnologia moderna na agropecuária. Assim, a consolidação das frentes de expansão e pioneira é verificada nos anos 1980, momento em que também se observa um aumento significativo na quantidade de tratores nessa região.

⁵ - Segundo os estudos referentes a essa questão a chegada da fronteira agrícola na região Centro-Oeste, data dos anos 1970. Esse consenso é partilhado também pelo IBGE (consultar site do instituto).

- Norte: a fronteira agrícola se sobrepõe às frentes de expansão e pioneira. Isso porque há uma estabilidade na área dos estabelecimentos agropecuários nos anos 1980 a qual coincide com um aumento substancial nas áreas irrigadas, embora não haja uma quantidade considerável de tratores nessa região, se comparada às demais.

De maneira geral, pode-se visualizar que o processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil é heterogêneo, no qual somente nas regiões Sul e Sudeste (pioneiras nesse processo) é que essa dinâmica da fronteira se dá em etapas definidas. Para as demais regiões do país há uma sobreposição entre essas etapas. E por isso mesmo a necessidade de estudos mais pontuais nesse sentido, a fim de justamente se contemplar essa complexidade da fronteira.

Deve-se destacar ainda que nesse contexto, é muito relevante a incidência de fatores localização, relevo e qualidade da terra na região, dentre outros (MIZIARA, 2005). Acrescenta-se a eles também os projetos estatais, os quais somados acabaram por definir a configuração adquirida pelas regiões brasileiras.

Assim compreende-se melhor porque o Centro-Sul do país se destaca nesse processo, uma vez que essas regiões possuem um solo com maior fertilidade natural, se comparado às demais, além de melhor infra-estrutura em transportes para o escoamento da produção, por exemplo.

- **Considerações Finais:**

A partir das considerações feitas espera-se ter sido alcançado o propósito de demonstrar a existência de especificidades no processo de expansão da fronteira agrícola, as quais devem ser consideradas nas análises relativas a essa temática.

Deve-se reiterar que as considerações precedentes têm o intuito de demonstrar uma, dentre várias possibilidades de se enxergar essa questão.

Nesse sentido é que se retomou por exemplo a área dos estabelecimentos agropecuários, a fim de se perceber a fronteira em seu aspecto mais amplo, considerando-a a partir do que se denomina os três momentos da fronteira: frente de expansão, frente pioneira e fronteira agrícola. A intenção é visualizar um panorama mais amplo desse processo, numa perspectiva que considere a dinâmica da fronteira.

Essa proposta de análise pode ser frutífera se aplicada ao estudo de uma região específica (como por exemplo, o Centro-Oeste), a partir dos dados referentes aos estados que a compõem. E pode ser ainda mais detalhada se aplicada a um determinado estado (como por

exemplo, Goiás) a partir dos censos relativos às suas mesorregiões, conforme a divisão territorial definida pelo IBGE.

Em linhas gerais, ao se considerar a fronteira agrícola como parte do processo de expansão capitalista (consenso nos estudos clássicos referentes ao assunto, aliás) deve-se aplicar à fronteira a perspectiva da dinâmica capitalista. Assim, se a expansão capitalista é marcada pela heterogeneidade, igualmente o é a expansão da fronteira agrícola.

Estendendo essa perspectiva para a ampla realidade brasileira tem-se que se essas especificidades existem entre as regiões que compõem o país (como bem o demonstrou Oliveira (1981)), elas existem também dentro de uma mesma região e ainda, dentro de um mesmo estado.

Acredita-se que ao se considerar essas especificidades e a complexidade do processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil possam ser realizados estudos mais detalhados e mais próximos das realidades analisadas. Afinal a fronteira agrícola, enquanto parte do processo de expansão capitalista, é marcada por disparidades e enxergar essa questão é um primeiro passo no sentido de se compreender melhor a dinâmica dessa fronteira.

- **Referências Bibliográficas:**

BENVINDO, Francisco Martins. **Acumulação capitalista e urbanização em Goiás**. 1984. Dissertação (Mestrado em História), UNB, 1984.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil – política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa (et al). **Agricultura e políticas públicas**. 2ª ed. Brasília: IPEA, 1996.

LINHARES, Maria Y. Leite. SILVA, F. C. Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MIZIARA, Fausto. Expansão de fronteiras na ocupação do espaço no cerrado: o caso de Goiás. In: DANIEL, M. A; DAL'LARA, L.; ANACLETO, T.C.S. **Natureza Viva Cerrado**, Goiânia: UCG, 2005. prelo.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re (li) gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Graziano da. **Modernização dolorosa**. São Paulo: Zahar, 1982

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. São Paulo: Zahar, 1974.